



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

# **BOLETIM DO MP NA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA**

**NÚMERO 2**  
**Abril-Junho 2025**



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS



**Informação sobre o acesso às peças processuais:**

O acesso às peças processuais é feito via hiperligações às bases de dados, a aceder com as credenciais pessoais do SITAF ou, não tendo acesso a este, com as credenciais do SIMP (no caso de decisões publicadas, o acesso poderá ser para a base de dados do IGFEJ). Em qualquer dos casos, é necessário ter um dos sistemas aberto (SITAF ou SIMP) no ambiente de trabalho, revelando-se o programa GoogleChrome, como navegador pré-definido mais eficaz.

Conforme o tipo de acesso e o tribunal, a abertura da peça pode ser imediata ou pode exigir mais passos, nomeadamente dentro do SITAF (caso do TAC de Lisboa).

Dificuldades no acesso devem ser comunicadas a [dcceicd@pgr.pt](mailto:dcceicd@pgr.pt): A disponibilização das peças fora deste contexto é da responsabilidade do seu autor.

## **SUMÁRIO**

### **Nota de Abertura**

### **I. AÇÃO PÚBLICA**

#### **1. TAF BEJA**

Requerimento de execução de sentença anulatória de licenciamento urbanístico  
Procurador da República Nuno Paixão

#### **2. TCA SUL**

PI de condenação à prática de ato. Cessação de prática discriminatória no acesso a monumentos nacionais.

Procurador-Geral Adjunto António Xavier Beirão

#### **3. TAF LEIRIA**

PI de ação de impugnação de atos de licenciamento e condenação à prática do ato devido.  
Procuradora da República Lídia Pereira

#### **4. TAF LOULÉ**

PI de ação de impugnação de atos de licenciamento relativos à construção de uma edificação em solos integrados na REN  
Procuradora da República Lídia Pereira



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

## II. PARECERES

### 1. TAF PORTO

Pensão de Sobrevivência, Divórcio. União de facto. Parecer do Ministério Público.

Procurador da República Carlos Durães

### 2. TAF PORTO

Ordem municipal de demolição. Domínio público Marítimo. Parecer do Ministério Público.

Procuradora da República Aida Aranha

### 3. TAC LISBOA

Nacionalidade portuguesa. Prova da filiação (avoenga). Parecer do Ministério Público.

Procurador da República Nuno Maia

### 4. TAF LOULÉ

Servidão militar. Falta de fundamentação. Parecer do Ministério Público

Procuradora da República Lídia Pereira

### 5. JUÍZO CENTRAL CÍVEL DE BRAGA

Lei de Ação Popular Civil. Interesses difusos e individuais. Parecer do Ministério Público

Procuradora da República Maria Manuela de Oliveira Pires

## III. REPRESENTAÇÃO DO ESTADO

### 1. TAF PORTO

Contestação em representação do Estado Português. Apartado postal como domicílio do Autor. Exceção dilatória.

Procuradora da República Aida Aranha

### 2. TAF SINTRA

Contestação em representação do Estado Português. Acidente em escola pública.

Responsabilidade civil extracontratual do Estado.

Procuradora da República Anabela Marques

### 3. TAC LISBOA

Contestação em representação do Estado Português. Administração da justiça. Excesso de prazos de inquérito. Responsabilidade civil extracontratual.

Procurador-Geral Adjunto Carlos Ribeiro



## MINISTÉRIO PÚBLICO PORTUGAL

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
DEPARTAMENTO CENTRAL DE CONTENCIOSO  
DO ESTADO E INTERESSES COLETIVOS  
E DIFUSOS

### 4. TAF BEJA

Contra-alegações em representação do Estado Português. Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Prescrição. Suspensão por ação pendente no TEDH  
Procurador da República Nuno Paixão

### IV. DIVERSOS

1. "Conformação probatória no processo administrativo em sede de parecer a emitir pelo MP no âmbito do artigo 85.º do Código de Processo nos Tribunais Administrativos"

Procurador da República Dino Almeida

2. "O caso Agnes Blanco e as origens da responsabilidade civil extracontratual do Estado"

Procurador-Geral Adjunto João Luís Gonçalves

3. Crimes de prevaricação e de violação de regras urbanísticas. Inquérito.

Procurador da República Joaquim Morgado (DIAP Regional de Lisboa).

